

Desafios Da Crise Ambiental À Missão Universal Da Companhia De Jesus

José Roque Junges S.J.

Resumo: A CG 35 apontou a ecologia como um novo desafio para a missão da companhia. Isso exige pensar a questão ecológica a partir de novos parâmetros: a injustiça ambiental e a cidadania planetária. Esquecer que são os pobres que sofrem a degradação do meio ambiente é maquiar o problema ambiental. A solução para a crise exige consensos globais, só possíveis pela superação de uma globalização reduzida ao econômico e a formação de uma consciência e cidadania planetárias. A educação ambiental e a busca de novos modelos de desenvolvimento sustentável podem ser contribuições das obras educativas da companhia para essa solução.

Resumo: A CG 35 apontou a questão ecológica como um desafio da missão universal da companhia, pois a terra está sempre mais degradada, exigindo uma reconciliação com a criação. As conseqüências do aquecimento climático são a sua manifestação, exigindo um novo parâmetro para pensar a crise ambiental, porque sempre foram os pobres e o serão mais ainda agora a sofrer as conseqüências da degradação ambiental. Esquecer essa situação de injustiça ambiental é maquiar o problema ecológico. Existe uma externalização dos danos ambientais para populações e países pobres. A globalização econômica permite essa exportação dos custos ambientais para regiões pobres. A resposta a esse problema tem dimensões globais, exigindo repensar a globalização reduzida aos interesses do mercado econômico. Trata-se de chegar a uma globalização humana que englobe a humanidade numa consciência e cidadania planetárias e uma globalização ambiental que conceba a terra como biosfera. A educação é um dos caminhos privilegiados para essa nova cultura ecológica e planetária. As obras da companhia têm um papel a desempenhar através da educação ambiental que adquire sempre maior importância nas instituições de ensino como promotora de consciência ecológica. As universidades da companhia poderiam contribuir para pesquisar modelos de desenvolvimento pautados pela sustentabilidade ambiental e a justiça social.

Introdução

O agravamento do problema ambiental, ocasionado pelo gradativo aquecimento global e pela conseqüente proliferação de catástrofes climáticas, recoloca a questão ecológica em outros parâmetros, exigindo outro paradigma para pensá-la. O aquecimento climático global é um problema que começa a preocupar a humanidade, porque existem evidências científicas suficientes para comprovar a sua ocorrência. O desequilíbrio já se instalou e não existe mais volta atrás. Apenas, é possível minimizar os efeitos, mas é necessário agir com rapidez sobre as causas.

O problema pode receber uma resposta técnica e/ou uma resposta ética. A mentalidade pós-moderna vigente prefere soluções técnicas para os problemas, porque o caminho ético é muito mais difícil. Ele depende de discernimento e diálogo, necessitando argumentações morais e hermenêutica crítica que exigem tempo e muita inteligência e interação para chegar a um consenso que certamente imporá uma tomada de posição dos sujeitos implicados, avaliação de sua maneira de agir e uma correspondente mudança de atitude. Poucas pessoas estão dispostas a isso. Por isso é preferível chamar alguém com expertise técnica para que ele ofereça a solução. Assim se chega a uma decisão clean que não afetará a subjetividade, ninguém se sentirá afetado, porque a decisão é delegada a outro e não implicará uma mudança nas opções de bem-estar. A aplicação desse raciocínio ao problema ambiental demonstra-se desastroso.

O aquecimento climático global levanta três questões que são essencialmente éticas: 1) as gerações atuais estão sacrificando o bem-estar das gerações futuras através do seu consumo desenfreado; 2) as populações pobres do mundo sofrem mais as conseqüências maléficas do aquecimento, quando são as populações ricas que mais contribuem para o desequilíbrio climático e, por outro lado, ainda usufruem de recursos para escapar dos seus efeitos; 3) todos os seres vivos não humanos são afetados diretamente em seu habitat pelos efeitos do aquecimento, desequilibrando suas condições de vida, quando são os humanos os culpados do problema. A questão ética fundamental do aquecimento global é que quem mais vai sofrer os danos do desequilíbrio climático são aqueles que não são a causa do problema: as gerações futuras, as populações pobres e os seres vivos não humanos¹.

A Congregação Geral 35 é consciente desses desafios para a missão, quando convoca a Companhia “para a “fronteira” da terra, cada vez mais degradada e saqueada. Aqui, apaixonados pela justiça no tocante ao meio ambiente, voltaremos a encontrar o Espírito de Deus que procura libertar esta criação dolorida, que nos pede espaço para viver e respirar”

(Dec. 2, n. 24). Entende a nossa missão como estabelecer relações justas que no caso do meio ambiente significa reconciliação com a criação (Dec. 3, n. 31). Por outro lado, a Congregação toma consciência de que existe um novo contexto para a missão caracterizado pela globalização “que gerou uma cultura mundial e que afeta todas as culturas” (Dec. 3, n. 8).

Quando a CG 35 compreende a nossa resposta diante da crise ambiental como reconciliação com a criação, ela está apontando para a necessidade de uma mudança espiritual e ética na atitude em relação ao meio ambiente ou no modo de se posicionar em relação à natureza. Por outro lado, situando a nossa missão num contexto de globalização, a congregação faz tomar consciência que a crise ambiental não se reduz a um desafio local, mas exige uma resposta global de toda a humanidade e convoca a Companhia a colaborar na formação de uma consciência planetária.

Injustiça ambiental

O problema ambiental adquire uma conotação própria nos países periféricos através da globalização econômica que externaliza os danos ecológicos para países pobres com legislações ambientais frágeis, como forma de não ter custos com os danos. É o que a economia ecológica está chamando de metabolismo social, pelo qual, países ricos transferem as indústrias poluidoras, para países periféricos, como forma de não contabilizar a degradação ambiental e humana. Os países centrais importam seis vezes mais do que exportam e, contudo, tem um lucro muito superior, embora a produção não aconteça em seu território, devido ao conhecimento agregado na precificação do produto. Essas externalizações de danos ambientais pela transferência dos processos produtivos são possíveis pela globalização econômica que instaura uma injustiça ambiental.

Como reação à essa externalização de danos surgiu, nos Estados Unidos, o movimento social denominado de Justiça Ambiental que se inspirou nas marchas em defesa dos direitos dos negros. O movimento parte da constatação de que os maiores índices de

poluição industrial e de presença de resíduos tóxicos estavam situados em regiões habitadas por populações afro e latino-americanas, fenômeno chamado de racismo ambiental. Essa constatação desencadeou a articulação da denúncia e da organização da população a não aceitar a injusta degradação do seu meio ambiente. A luta estava baseada no princípio ético de que grupos sociais vulneráveis não devem arcar com o peso desproporcional das conseqüências ambientais negativas resultantes de operações comerciais, industriais ou municipais ou da execução de políticas públicas e programas federais, estaduais, locais e tribais².

Inspirada pelo movimento sócio-ambiental dos negros americanos foi lançada, no Fórum Social de Porto Alegre de 2002, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. O manifesto da rede parte do conceito de injustiça ambiental como o mecanismo pelo qual sociedades social e economicamente desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis³.

Desconhecer os efeitos colaterais destes processos macro-econômicos sobre o meio ambiente seria maquiagem o fenômeno da degradação ambiental nos países periféricos. Os países subdesenvolvidos são responsabilizados pela degradação ambiental em seus territórios, esquecendo que ela é uma externalização de danos ambientais exportados pelos países ricos. A degradação, além de destruir ecossistemas e sua biodiversidade, afeta a saúde das populações, destruindo o meio ambiente natural e cultural base para reprodução social da vida.

A situação de injustiça ambiental manifesta-se também nos danos ambientais que as gerações atuais consumidoras e abastadas impõem às gerações futuras, às populações pobres e aos demais seres vivos do planeta, impondo o princípio da equidade inter-geracional (frente às gerações futuras), intra-geracional (diante das populações pobres atuais) e inter-espécies

(frente a todos os seres vivos não humanos) com respeito ao acesso dos bens da terra necessários para sobreviver de uma maneira digna e quanto à reparação dos danos injustamente sofridos devido ao aquecimento global.

Para concretizar essa equidade é oportuno fazer uso do conceito de ecological footprint ou pegada ecológica, adaptado por Martin Rees e Mathias Wackernagel a partir do conceito ecológico de capacidade de suporte de determinada população de animais num território⁴, referindo-se aqui à quantidade de área geográfica necessária para produzir o conjunto de bens que determinado indivíduo consome. A média mundial é de 2,8 hectares de superfície para cada habitante da terra, contraposta ao cidadão americano que gasta, na média, 9,6 hectares e em comparação, por exemplo, com a média brasileira que é de 2,6 e a de Bangladesh apenas 0,5 hectares.

Partindo dessa constatação, os ambientalistas estão convencidos de que o foco principal do problema ecológico não está tanto na produção de bens, mas no seu consumo. A degradação do ambiente ligada aos processos industriais teve uma grande melhoria com a introdução de linhas de produção mais limpas, sendo de fácil solução, porque depende de soluções técnicas e jurídicas⁵. Mas se o foco é o consumo, a solução não é mais técnica e jurídica, mas ética⁶. O problema está na crescente mentalidade consumista⁷ que exige sempre mais exploração de recursos naturais, produzindo degradação ambiental e pobreza.

Essa realidade aponta para a necessidade, por um lado, de uma distribuição mais equitativa dos bens necessários a uma vida digna para aqueles que consomem de menos e, por outro, em contrapartida, uma redução do consumo daqueles que consomem demais, para não esgotar a natureza e possibilitar mais acesso aos primeiros. O conceito de pegada ecológica cria a convicção de que não é possível que toda a humanidade chegue aos níveis de consumo do primeiro mundo, porque seriam necessários dois planetas terra, mas temos apenas um. Por outro lado, uma grande parte da humanidade consome de menos. Esta

situação configura uma injustiça ambiental. A solução para esse problema deve ser pensada globalmente e assumir uma perspectiva ética.

Globalização ambiental e humana como universalismo concreto

Essa constatação aponta para a urgência de pensar uma globalização que supere a sua redução ao técnico e ao econômico, tendo como referência a humanidade e a biosfera. Isso significa pensar uma globalização ecológica e humana que considere a sociedade como uma realidade mundial e o meio ambiente como o conjunto de condições para a preservação da vida no planeta terra. A globalização concebida não apenas como técnico-econômica, ajuda a tornar o universalismo uma realidade concreta, como uma relação complexa entre o global e as particularidades locais num circuito recursivo em que cada um é ao mesmo tempo causa e efeito, produtor e produto.

O universalismo concreto está baseado no reconhecimento da unidade das diversidades humanas e das diversidades na unidade humana. Assim é necessário agregar um quarto elemento à tríade clássica de indivíduo, espécie e sociedade: a humanidade. A comum consciência de dignidade de todo ser humano cria a consciência de humanidade, isto é, a pertença e o destino comuns de todos os humanos que habitam a terra⁸.

O universal tornou-se realidade concreta pela globalização porque, por um lado, as interdependências objetivas da humanidade e o destino global do planeta sobredeterminam os destinos singulares das nações e, por outro, os destinos singulares das nações perturbam e modificam o destino global da humanidade e do planeta. Assim a globalização é uma relação complexa entre o global e as particularidades locais, formando um grande circuito recursivo no qual cada elemento é ao mesmo tempo causa e efeito, produto e produtor. Essa compreensão supera tanto o universalismo abstrato do antigo internacionalismo que não reconhecia as comunidades concretas, como também as etnias concretas isoladas e fechadas em si mesmas, abstraindo-se da totalidade da comunidade humana. Essa totalidade

caracteriza-se como uma comunidade de origem e de destino, cuja necessária interdependência exige uma ética planetária⁹.

Esse universalismo concreto não é apenas humano, mas, antes de nada, ecológico, pois os diferentes ecossistemas particulares formam uma unidade. O equilíbrio do sistema global terra depende dos equilíbrios dos ecossistemas locais e da preservação da biodiversidade de cada um deles¹⁰.

O conceito de Biosfera, proposto pelo mineralogista russo W. Vernadsky, é uma compreensão da vida terrestre concebida como totalidade, introduzindo uma visão ecológica da terra. Ela compreende a casca terrestre ocupada pela vida que não é um fenômeno exterior ou accidental na superfície terrestre. A vida está ligada por um laço estreito à estrutura da própria crosta e faz parte de seu mecanismo. A vida e toda matéria vivente podem ser concebidos como um conjunto indivisível no mecanismo da biosfera. A vida caracteriza-se pela ubiquidade terrestre, isto é, por sua prodigiosa capacidade de ocupar qualquer espaço livre, formando uma membrana viva que envolve toda terra¹¹.

O climatologista inglês, James Lovelock, apresenta uma compreensão ainda mais ampla com conceito de gaia, identificando a terra com uma gigantesca máquina termoquímica que se autoregula para criar as condições propícias à vida, sendo ela própria um ser vivente. A afirmação central é que a própria vida contribui para conservar as condições para a vida na terra, interagindo constantemente com o meio ambiente físico-químico. A terra e a vida que ela carrega, são um sistema que possui a faculdade de regular a sua temperatura e a composição da sua superfície, mantendo-as propícias à existência de seres vivos¹².

Os povos ancestrais da América Latina tinham plena consciência dessa realidade, quando denominavam a terra como Pacha Mama, mãe terra, nutriz dos seres vivos que a habitam. Necessitamos recuperar essa visão integral e holística da terra como matriz da vida.

Portanto, “a terra não é a adição de um planeta físico, mais a biosfera, mais a humanidade. A terra é uma totalidade complexa física / biológica / antropológica, em que a vida é uma emergência da história da terra e o ser humano, uma emergência da história da vida terrestre. A vida é uma força organizadora biofísica em ação na atmosfera que ela criou sobre a terra. A humanidade é uma entidade planetária e biosférica¹³. Assim não se pode pensar a biosfera e a humanidade desconectadas, porque elas formam uma unidade.

Essa constatação leva a humanidade a uma consciência planetária de que o destino e o equilíbrio da biosfera/gaia e da própria humanidade necessitam se tornar preocupações éticas da sociedade global. Essa constatação significa regulamentar os quatro motores da globalização do mercado: a ciência, a técnica, a economia e o lucro, intimamente interligados, que impulsionam a nave espacial terra rumo ao abismo, porque estão descontrolados, carecendo de uma ética radical planetária. Os quatro necessitam de um choque ético. A ciência exclui todo juízo de valor e todo retorno à consciência moral do cientista. A técnica é puramente instrumental não podendo servir como referência de valor. A economia não é mais dinamizada pelas verdadeiras necessidades humanas, mas por demandas criadas pela especulação financeira. O lucro invade todos os campos, inclusive o da vida, dos genes, do corpo humano. Nestas condições impõe-se uma ética da compreensão planetária e da solidariedade planetária¹⁴.

Ética planetária

A consciência planetária das ameaças à humanidade e à biosfera/gaia institui a necessidade de uma ética planetária como realização da ética do universalismo concreto. Ela não pode ser reduzida a um puro consenso de normas e leis jurídicas para coibir abusos, mas identifica-se com um ethos planetário.

Para chegar a esse ethos é necessário superar as sociedades históricas baseadas em nações e estados pelo surgimento de uma sociedade planetária ou uma sociedade-mundo. A globalização criou a infra-estrutura técnica, comunicacional e econômica para essa sociedade. A internet é o esboço de uma rede neuro-cerebral artificial dessa sociedade, mas a globalização econômica centrada no mercado, responsável por essa infra-estrutura, não permite a emergência de tal sociedade. Essa falta de uma confederação democrática de nações leva a crescente balcanização do planeta.

Estamos diante de uma contradição: a sociedade planetária é a condição para sair da atual crise, mas a reforma da humanidade é necessária para chegar à sociedade-mundo. Estamos diante da necessidade de uma reforma entendida por Edgar Morin como metamorfose que implica autodestruição e autoconstrução. Quando um sistema é incapaz de resolver seus problemas, ele se desintegra ou se transforma num metasistema capaz de tratar desses problemas. A metamorfose acontece através desse metasistema. Por isso são mutações invisíveis e logicamente impossíveis antes de acontecerem, pois a solução excede os meios da lógica do sistema existente. Quanto mais a catástrofe se aproxima, mais a metamorfose é possível. O que põe em perigo ajuda também a salvar¹⁵.

O metasistema capaz de resolver os problemas atuais de dimensões mundiais é o diálogo político, intercultural e ético, base para a constituição de uma sociedade e uma ética planetária. Somente assumindo essa perspectiva, a crise ambiental provocado pelo aquecimento global pode ter uma solução. O fracasso do Encontro de Copenhague é uma demonstração desse fato.

A globalização permitiu o encontro e o confronto entre culturas, etnias e grupos diferentes. Mas, essa pura diversidade leva à disjunção e à exclusão destrutiva, quando deixada às suas forças espontâneas, necessitando ser corrigida por dinâmicas socioculturais de religação. O excesso de separação entre os humanos é perverso porque os leva à

intolerância, precisando ser compensada pela busca da paz e pela constituição de laços de solidariedade. A globalização que criou as condições para o encontro entre povos e culturas, desencadeia, ao contrário, sempre mais políticas de exclusão. Por isso, a religação entre os seres humanos é o imperativo ético primordial da convivência social e base do diálogo intercultural e interreligioso na construção de uma ética planetária. A ética da religação instaura uma ética da tolerância e da compreensão do diferente como contraponto a uma diversidade disjuntiva e excludente. Isso só é possível através do diálogo. Só assim o diverso não divide e separa, mas enriquece e dinamiza a unidade.

Educação ambiental

Se a resposta para a crise ambiental é antes de mais nada ética, porque implica uma mudança de atitude em relação à natureza e na convivência intercultural sempre mais globalizada, então, a educação adquire um papel central para essa solução. Para muitos autores, a aposta está nas crianças e nos jovens atuais que já demonstram uma sensibilidade muito mais respeitosa em relação à natureza e estão mais abertos a soluções de cunho global. Por isso a importância de introduzir a educação ambiental nos currículos¹⁶. A educação pode ter um papel fundamental para a formação dessa sensibilidade ecológica e planetária, num contexto em que as jovens gerações são presas fáceis da ideologia do consumismo com suas conseqüências ambientais e de ideologias culturalmente redutivas que se fecham ao diferente.

Para que essa educação ambiental não seja superficial e romântica, mas trabalhe a mentalidade cultural e as atitudes que configuram um sujeito ecológico, é interessante ter presente a proposta da alfabetização ecológica do físico e educador austro-americano Frithoj Capra. Ele parte da constatação de que os usos e costumes da visão científica e técnica dos tempos modernos tornou os seres humanos analfabetos quanto ao modo da natureza funcionar. Esse desconhecimento provocou os desajustes ambientais. Por isso, é necessário reaprender o alfabeto dos processos da natureza. Isso significa entender os princípios de

organização das comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esses princípios para criar comunidades humanas sustentáveis. Precisamos revitalizar nossas comunidades – inclusive nossas comunidades educativas, comerciais e políticas –, de modo que os princípios da ecologia (interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade) manifestem-se nelas como princípios de educação, de administração e de política¹⁷.

A alfabetização ecológica significa uma mudança do paradigma cultural regulador das relações entre os seres humanos e deles com a natureza nos últimos quinhentos anos. Esse câmbio cultural só é possível pela conversão moral das atitudes de consumo e de convivência social vigentes até agora. A alfabetização ecológica significa o surgimento de um novo ethos cultural, inspirado em valores ecológicos e dialógicos com dimensões planetárias.

O paradigma pedagógico inaciono teria muito colaborar para essa transformação ética da atitude frente à natureza e na formação de uma consciência e cidadania planetária através do seu processo educativo de interação entre experiência, reflexão, ação e avaliação¹⁸. O método pedagógico da companhia parte da experiência, porque é necessário chegar aos afetos, base das atitudes, passando pela reflexão crítica para transformar a mentalidade e suscitar ações e a conseqüente e necessária avaliação. Essa perspectiva é importante para que a educação ambiental não se transforme em puros sentimentos românticos de amor à natureza e aos seres vivos, mas transforme a mentalidade e os costumes consumistas sempre mais responsáveis pela degradação ambiental. Por outro lado, a questão ecológica não tem solução sem uma ética planetária que una todos os habitantes da terra numa consciência e cidadania planetária. É urgente encontrar os encaminhamentos políticos e as bases jurídicas dessa cidadania. A companhia, com a sua vocação universal, pode colaborar nessa nova arquitetura cultural e jurídica para uma convivência social e política de dimensões planetárias. As universidades têm aqui o papel fundamental.

Novos caminhos de desenvolvimento sustentável

Um desafio mais exigente para as universidades da companhia seria pensar em pesquisas que promovam novos caminhos de desenvolvimento para os países periféricos que não destruam e esgotem os seus recursos, mas, ao contrário, que a sua preservação seja a base para desenvolver-se. É o que alguns autores estão chamando de economia ecológica ou de ecodesenvolvimento¹⁹. Os modelos de desenvolvimento trilhados até agora pelos países periféricos não trouxeram uma verdadeira melhoria de vida para sua população, porque estavam baseados na exploração predatória e exportadora dos seus recursos naturais e inspirados numa ideologia do progresso importada dos países centrais que já se esgotou e é a causa da atual crise ambiental. Os países do hemisfério sul, em geral, são ricos em natureza que está sendo destruída para a exportação. A exploração não predatória da riqueza natural dos biomas desses países pode ser a base para um novo modelo de desenvolvimento, não mais causador de degradação ambiental. A luta do sindicalista rural brasileiro Chico Mendes pela organização dos seringueiros e por uma exploração sustentável das riquezas da Amazônia é uma concretização desse modelo, luta que o levou a morte por contrariar interesses dos grandes proprietários, tornando-se um símbolo da causa ecológica no Brasil.

Para chegar a essa rentabilidade econômica baseada na preservação dos biomas é necessário pesquisa e inventividade para demonstrar as vantagens desse novo caminho mais de acordo com as exigências ecológicas atuais. Os modelos de desenvolvimento exportados pelos países centrais estão totalmente esgotados pelas suas conseqüências desastrosas de pobreza e de degradação. Os países assim chamados subdesenvolvidos têm a melhor das chances para inventar e trilhar novos caminhos de desenvolvimento, porque podem criar processos econômicos em harmonia com os processos da natureza. As universidades da companhia, em sinergia com outras entidades públicas e privadas, podem colocar o seu

cabedal de pensamento e de pesquisa a serviço dessa inventividade científica e econômica de novos caminhos de desenvolvimento.

Endnotes

¹ BROOME J. The ethics of climate change. *Scientific American*, n. 298, 2008, p. 96-102; FELDMANN F. J.; FURRIELA R. B. Los cambios climáticos globales y el desafío de la ciudadanía planetaria. *Acta Bioethica* 7 (2) 2001, p. 287-292.

² R. BULLARD, *Confronting Environmental Racism. Voices from the Grassroots*. Boston: South End Press, 1993; ID. *Unequal Protection: Environmental Justice and Communities of Color*. San Francisco: Sierra Club Books, 1996.

³ C. M. FREITAS, M. F. PORTO, *Saúde, Ambiente e Sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

⁴ CHAMBERS N. et alii, *Sharing Nature's Interest – Ecological Footprint as an Indicator of Sustainability*. London: Earthscan, 2001.

⁵ PORTILLO F. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

⁶ A. CORTINA, *Por uma ética del consumo*. Montevideo: Ed. Santillana, 2002

⁷ Z. BAUMAN, *Consuming Life*. Cambridge: Polity Press, 2007.

⁸ E. MORIN, *La Méthode 5. L'Humanité de l'humanité*. Paris: Ed. Du Seuil, 2001

⁹ E. MORIN, *La Méthode 6. Éthique*. Paris: Ed. Du Seuil, 2004.

¹⁰ J. R. JUNGES, *Ética ambiental*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

¹¹ W. VERNADSKY, *The Biosphere*, Oracle (Ariz.): Synergetic Press, 1986.

¹² J. LOVELOCK, *Gaia. A New Look at the Life on Earth*. Oxford university Press, 1995

¹³ E. MORIN, A. B. KERN, *Terra Pátria*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003. p. 63

¹⁴ E. MORIN, *La Méthode 6. Éthique*

¹⁵ E. MORIN, *La Méthode 6. Éthique*

¹⁶ I. C. M. CARVALHO, *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Ed. Cortez, 2008 (4ª. Edição).

¹⁷ F. CAPRA, *The Web of Life: A New Scientific Understanding of Living Systems*. Berkeley, 1996.

¹⁸ COMPANHIA DE JESUS, *Pedagogia Inaciana. Uma Proposta Prática*. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

¹⁹ I. SACHS, *Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

Perguntas para reflexão e discussão:

- 1) Quais novos desafios a injustiça ambiental traz à missão da companhia de defesa da fé e promoção da justiça?

-
- 2) Como a missão universal da Companhia pode ajudar na superação de uma globalização reduzida ao mercado econômico e contribuir na configuração de um universalismo concreto da humanidade e da biosfera?
 - 3) Como as nossas obras educativas estão contribuindo para o surgimento de uma consciência e cidadania planetárias, bases para uma ética planetária?
 - 4) Como está presente em nossas obras apostólicas a educação ambiental de um novo sujeito ecológico?
 - 5) De que modo nossas universidades podem contribuir com pesquisas para viabilização de um ecodesenvolvimento pautado pela sustentabilidade ambiental e pela justiça social?

Sugestão de rede sobre dois desafios centrais da atual crise ambiental:

- 1) Os colégios e as universidades da companhia deveriam criar uma rede de discussão e troca de experiências sobre como acontece a educação ambiental formal e informal em nossas obras.
- 2) Centros de pesquisa das universidades da companhia poderiam criar linhas comuns de investigação sobre modelos de desenvolvimentos para os países periféricos pautados pela sustentabilidade ambiental e a justiça social na perspectiva do ecodesenvolvimento.

José Roque Junges S.J.
Caixa Postal 101 / UNISINOS
93.001-970 – SÃO LEOPOLDO, RS
BRASIL
roquejunges@hotmail.com